

Livro-reportagem e metodologia da reportagem investigativa

Nonfiction books and investigative reporting methodology

Samuel Lima¹

Matheus de Moura²

Resumo: O objetivo geral do artigo é refletir e descrever uma experiência pedagógica de investigação jornalística, que transcendeu os limites da sala de aula e ganhou espaço no mercado editorial: um livro-reportagem, resultado de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), em jornalismo (UFSC, 2019), intitulado “O coronel que raptava infâncias”, narrando a vida de Pedro Chavarry, coronel da Polícia Militar carioca, envolvido em crimes de abuso sexuais contra menores e outros delitos hediondos. O livro será publicado por uma das maiores editoras comerciais do país, nos próximos meses. Parte-se do seguinte problema de pesquisa: quais os caminhos pedagógicos para o ensino da metodologia da reportagem investigativa nas faculdades de jornalismo, na perspectiva da produção de livro-reportagens? Com esse horizonte, foi realizada uma revisão da literatura disponível, a partir de obras assinadas por profissionais de notável saber na área, como Arbex (2012, 2013, 2015), Fortes (2012), Burgh (2008), Nascimento (2010), Sequeira (2005), Lima e Christofolletti (2012) e Vasconcelos (2005, 2008).

Palavras-Chave: Jornalismo investigativo. Metodologia da reportagem. Livro-reportagem.

Abstract: The general objective of this article is to describe and reflect about the pedagogical experience of a journalistic investigation, that has transcended the limits of the classroom, reaching the editorial market as a nonfiction book, product of the undergraduate final project in journalism entitled “The colonel who kidnapped childhoods” (UFSC, 2019), which tells the life story of Pedro Chavarry, a colonel of Rio de Janeiro’s Military Police, charged with sexual abuse crimes against minors and other heinous crimes. The book will be published in the coming months by one of the largest publishing houses in Brazil. This article tries to answer the following research problem: what are the pedagogical paths for teaching investigative reporting methodology at journalism colleges, if the aim is to produce nonfiction books? With this perspective, a review of the available literature was carried out, revisiting works written by professionals of notable knowledge in the area, such as Arbex (2012, 2013, 2015), Fortes (2012), Burgh (2008), Nascimento (2010), Sequeira (2005), Lima and Christofolletti (2012), and Vasconcelos (2005, 2008).

Keywords: Investigative Journalism. Reporting Methodology. Nonfiction Books.

¹ Jornalista, professor do Departamento de Jornalismo da UFSC e do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo. É pesquisador do objETHOS. E-mail: samuca13@gmail.com

² Jornalista, egresso do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), é repórter investigativo freelancer e colabora com diversos veículos jornalísticos. E-mail: matheusjorvieira@gmail.com

Introdução

Em 2009, a jornalista investigativa e escritora Daniela Arbex estava fazendo uma pauta comum, quando, ao entrevistar um psiquiatra mineiro, teve acesso a um livro, publicado pelo governo de Minas Gerais (2008) contando um fragmento da história do Hospital Psiquiátrico Colônia, em Barbacena/MG.

Arbex folheou o livro e viu, pela primeira vez, as imagens do repórter fotográfico Luiz Alfredo, originalmente publicadas na revista “O Cruzeiro”, em 1961. Recorda a autora: “Eu fiquei muito impactada pelas imagens, porque nenhuma delas remetia a um hospital, todas me deram a sensação de eu estar vendo um campo de concentração (UNIVESP TV, 2014)”.

De fato, ela confirma hoje que o livro-reportagem *Holocausto brasileiro* “só existiu por causa disso e o ponto de partida foram as fotos de Luiz Alfredo: “Eu tive acesso às fotos dele 50 anos depois que elas foram feitas, e para mim foi o ponto de partida para toda a investigação” (ARBEX, Entrevista aos Autores, 2020).

Sobre esta obra — que aqui escolhemos como referência para nosso objeto de reflexão —, a jornalista e escritora Eliane Brum, observa no prefácio:

O repórter luta contra o esquecimento. Transforma em palavra o que era silêncio. Faz memória. Neste livro, Daniela Arbex devolve nome, história e identidade àqueles que, até então, eram registrados como “Ignorados de tal”. Eram um não ser. Pela narrativa, eles retornam, como Maria de Jesus, internada porque se sentia triste, Antônio da Silva, porque era epilético (ARBEX, 2013, p. 13).

Indagamos a autora sobre a metodologia da investigação jornalística do “Holocausto brasileiro”, em recente entrevista, e Arbex relatou:

A metodologia de apuração, neste caso, foi um extenso trabalho de campo para a localização das pessoas fotografadas pelo Luiz Alfredo, porque eu não sabia o nome de ninguém. Eu parti com essas fotos pra Barbacena (cidade onde ficava localizado o hospital psiquiátrico Colônia) de funcionários, ex-funcionários do hospital, de moradores da cidade para que olhando as imagens eles pudessem me indicar, se eles reconheciam aqueles rostos etc. Então, meu trabalho foi baseado numa pesquisa extensa de campo e busca de documentação, além de escuta qualificada, entrevistas com sobreviventes, com testemunhas, um longo trabalho de escuta também porque eu entrevistei mais de 100 pessoas. Eu tive ainda um longo trabalho de localização de documentação – em arquivos públicos, principalmente arquivos públicos mineiros, e nos arquivos da instituição (ARBEX, e.a., julho de 2020).

No final, a jornalista escreveu uma primeira versão final do texto que ultrapassou 240 mil caracteres (e ganhou uma versão em documentário, produzida pela HBO, em 2016), algo que ela nunca tinha experimentado em sua trajetória profissional. Lidar com um volume de informações dessa monta, fruto de mais 100 entrevistas com fontes primárias – além do volume documental em texto e imagens – foi, segundo suas palavras, o seu maior desafio. Até o final de julho deste ano, a obra já tinha vendido mais de 400 mil exemplares, somadas as três

diferentes editoras que a publicaram no Brasil e em Portugal. No inspirado prefácio, Eliane Brum, resgata um dado fundamental que evidencia o impacto social do livro-reportagem escrito por Arbex: “Hoje, restam menos de 200 sobreviventes. Parte deles morrerá internada, parte tenta inventar um cotidiano em residências terapêuticas, com os farrapos de delicadeza que lhe sobram. Como Sônia Maria da Costa, que às vezes coloca dois vestidos porque passou a vida nua” (ARBEX, 2013, p. 17).

O presente artigo parte desta referência relevante para relatar e discutir a experiência da disciplina “Jornalismo Investigativo” (optativa, 4 créditos, 72h/aula) em seus resultados mais recentes – uma reportagem investigativa produzida a partir deste trabalho pedagógico, que serviu de “laboratório” e se transformou no livro-reportagem “O coronel que raptava infâncias”, contando a história e os crimes de Pedro Chavarry Duarte, coronel da Polícia Militar do Rio de Janeiro. A ideia pauta, que virou um Trabalho de Conclusão de Curso, surgiu a partir de uma notícia de 2016, a qual relatava que ele fora preso por abusar sexualmente de uma menor de idade em um posto de gasolina da Zona Norte do Rio de Janeiro.

A questão-problema é: quais os caminhos pedagógicos para o ensino da metodologia da reportagem investigativa nas faculdades de jornalismo, na perspectiva da produção de livro-reportagens? A questão considera, sobretudo, o grau de dificuldade de os estudantes trabalharem com textos superiores aos 200 mil caracteres com espaços – como fazer para estruturar o livro (sumário), hierarquizar e selecionar informações coletadas em dezenas de entrevistas, além dos cuidados na produção textual, primando pela qualidade e sabor.

2. Reportagem investigativa e livro-reportagem: aspectos pedagógicos e metodológicos

Desde 2011, desenvolvemos esta experiência naquela disciplina, que tem como um dos eixos centrais o estudo da metodologia de reportagem investigativa e a realização de uma reportagem (individual ou dupla), ao longo do semestre letivo. Em algumas situações, essa perspectiva transcendeu a disciplina e ganhou espaços na imprensa de referência. Cito aqui os casos das reportagens sobre comunidades terapêuticas – investigação da jornalista Clarissa Levy (LIMA e LEVY, 2019), o negócio das igrejas no Brasil – reportagem de Mateus Mognon – “Estudante cria 'igreja' inspirada em game para debater imunidade tributária” (LIMA, 2018 – disponível em: <https://bit.ly/2K0i6kE>) e “Não há respostas quando morre uma pobre” – reportagem de Matheus de Moura e Gabriel Daros (LIMA, 2018 – disponível em: <https://bit.ly/34e3tnp>).

Nesse sentido, fazemos uma revisão da literatura disponível, selecionando obras assinadas por profissionais de notável saber na área, como Arbex (2012), Fortes (2007, 2012),

Burgh (2008), Nascimento (2010), Sequeira (2005), Lima e Christofolletti (2012) e Vasconcelos (2005, 2008).

Partimos de um conceito de jornalismo investigativo defendido por Nascimento (2010), que em síntese escreve:

O jornalismo investigativo implica um trabalho ativo de apuração do repórter. É por isso que vazamento de informações por autoridades, repasse de descobertas de terreiros, reprodução e algum tipo de revelação obtida por um investigador que não seja o jornalista não são considerados exemplos de jornalismo investigativo (NASCIMENTO, 2010, p. 21).

À falácia, bastante frequente nas rodas de conversa e debates entre profissionais e até pesquisadores em jornalismo, o autor responde de forma clara, direta, precisa. Quando se fala em jornalismo investigativo não se está recorrendo a nenhum tipo de “pleonasm” ou à quele surrado senso comum de que “*todo jornalismo é investigativo, senão não é jornalismo*” – usualmente atribuído ao escritor Gabriel García Márquez. O autor recorre a um exemplo simples e cotidiano: uma notícia produzida a partir da cobertura de uma entrevista coletiva de uma autoridade pública, com zero investigação, é jornalismo ou não? Uma simples leitura nas páginas de jornal ou portais de notícias, ou ainda o acompanhamento de tele e radiojornais, dá conta de que quase 100% das notícias publicadas tem um nível de investigação mínimo ou próximo de zero. Ele arremata: “No mundo real, a maioria das matérias publicadas pela imprensa não são investigativas, mas ainda assim são matérias jornalísticas” (NASCIMENTO, 2010, p. 14). Dito de outro modo, arremata o autor: “Jornalismo investigativo só existe quando há investigação e quando quem investiga é o próprio jornalista” (NASCIMENTO, 2010, p. 22).

Nesta mesma perspectiva, nossa reflexão pedagógica também tem sido pautada pela obra de Fortes (2012), ainda que apresente algum grau de diferença deste conceito mais universal, defende que:

Jornalismo investigativo é a sistematização de técnicas e conceitos de apuração para a produção de reportagens de fôlego, não necessariamente medidas pelo tamanho, mas pela profundidade de seus temas e, principalmente, pela relevância da notícia que ela, obrigatoriamente, terá que encerrar. Este conceito, portanto, baseado na investigação jornalística, existe para ser utilizado em todos os gêneros de reportagem, em maior ou menor grau, por qualquer repórter (FORTES, 2012, p. 195-196).

A rigor, os autores estudados convergem na direção que a reportagem investigativa pressupõe uma apuração autônoma do/a repórter, que resulte numa investigação independente de eventuais órgãos de Estado, especialmente no que se refere à prática recorrente de vazamentos seletivos. No caso específico, buscamos refletir sobre experiências de investigação jornalística cuja metodologia esteja pautada pela pesquisa documental, como fonte primária e

fundamental do processo de apuração. Evidentemente, essa preocupação emanava do próprio objeto do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC): como investigar a vida e os crimes de uma personagem ligada às milícias, no Rio de Janeiro, e ao submundo do crime organizado nas suas redes de abuso sexual de menores e tráfico de bebês?

Nesse sentido, o trabalho investigativo do jornalista Frederico Vasconcelos (autor do célebre *“Juizes no banco dos réus”*) é uma referência obrigatória:

Frederico Vasconcelos, um dos raros jornalistas brasileiros a investigar corrupção e desmandos do Poder Judiciário, que resultou na obra *“Juizes no banco dos réus”*, demarca, preliminarmente, um aspecto metodológico em suas reportagens investigativas: “Desenvolvi o gosto pela busca de documentos, a preferência pelo registro oficial, pela comprovação dos fatos no papel, nos autos dos processos, antecedendo o jornalismo declaratório” (VASCONCELOS apud LIMA, 2012, p. 139).

A pesquisadora Cléo Sequeira esclarece um pouco mais sobre esse declarado “gosto pela busca de documentos”, dito por Vasconcelos:

O jornalista Frederico Vasconcelos trabalhou por mais de 10 dez anos numa coluna de notícias sobre negócios, o Painei Econômico da Folha de S. Paulo, e desenvolveu, durante essa época, um trabalho investigativo que é pouco explorado no jornalismo brasileiro: localizar na documentação oficial – por exemplo, atas e balanços das empresas, súmulas do Judiciário e decisões do Banco Central – fatos destoantes, que possam servir de tema para reportagens investigativas (SEQUEIRA, 2005, p. 139-140).

O próprio Vasconcelos (2005) compartilha esta técnica de apuração, quando da investigação do Judiciário Federal, em São Paulo. Conta o autor:

As reportagens sobre o patrimônio dos desembargadores Roberto Haddad e Theotônio Costa compõem uma investigação com características distintas das apurações habituais sobre o Judiciário. Tiveram origem num levantamento de informações exclusivamente jornalística e na consulta a documentos públicos. Não foram baseadas em dossiês pré-fabricados, denúncias do Ministério Público Federal ou documentos vazados de órgãos policiais (VASCONCELOS, 2005, p. 10).

O jornalista fala sobre sua obra mais conhecida relatando uma série de reportagens, denunciando que o patrimônio desses magistrados não era compatível com seus salários e, em última análise, com o padrão de vida comum aos juizes brasileiros. Naquela ocasião, no começo de 1999, o Tribunal Regional Federal, da 3ª Região, em São Paulo, não demonstrou nenhum interesse em investigar esses fatos. Mas, completa Vasconcelos (2005, p. 10): “Posteriormente, acusados de enriquecimento ilícito e falsificação de documentos, ambos (Haddad e Costa) foram denunciados ao Superior Tribunal de Justiça”.

Anos depois, em outra obra, o autor resgataria essa experiência e revelaria os bastidores da investigação jornalística, em princípio e fundamentalmente, baseadas em pesquisa documental:

Em 1999, a Folha revelou que dois magistrados do TRF-3 ostentam riqueza que contrasta com o padrão comum dos juizes brasileiros. O desembargador federal (na época o jornal manteve essa denominação) Paulo Theotônio Costa e sua mulher, procuradora do Estado, eram proprietários de um conjunto residencial de sete prédios em Campo Grande (MS). Na época, o casal morava num edifício de alto padrão em São Bernardo do Campo (SP), possuía imóveis na capital, fazenda em MS, casa de praia e terreno em condomínio no Guarujá (SP). O desembargador Roberto Haddad e sua mulher, uma advogada, possuíam na época da reportagem 33 veículos cadastrados em seus nomes. Essa frota particular incluía três automóveis Mercedes-Benz, dois BMW, uma caminhonete Mitsubishi e vários utilitários. O juiz também era proprietário de uma super-lancha. Colecionava carros antigos, guardados na propriedade rural: um sítio formado a partir da aquisição sucessiva de oito chácaras nos dois anos anteriores à reportagem (VASCONCELOS, 2008, p. 108-109).

O jornalista confirma e reforça então a relevância que a pesquisa documental teve para o caso – o que para nós é uma técnica de investigação igualmente essencial, no caso *d’O coronel que raptava infâncias*. Em suma, observa Vasconcelos (2008):

Nessas investigações foram usados apenas documentos públicos. Aos poucos, as informações foram checadas sem a citação dos nomes dos magistrados durante a apuração. A primeira pesquisa foi feita em listas telefônicas na internet. Constatou-se que Haddad e sua mulher possuíam em seus nomes vários telefones em três localidades diferentes (na capital, na zona rural e na praia). Foi o ponto de partida para uma pesquisa em cartórios de registros públicos de compra e venda de imóveis (VASCONCELOS, 2008, p. 109).

Nossa reflexão pedagógica sobre a metodologia da reportagem investigativa sempre levou em conta um entendimento fundamental. Quando falamos de metodologia, compreendemos três características conceituais indissociáveis: as técnicas consagradas nos saberes e fazeres da profissão, as teorias do jornalismo (somadas às reflexões teóricas de jornalistas investigativos e pesquisadores do campo) e, finalmente, o potencial criativo do/a autor ou autora. Dependendo do tamanho do veículo, o cuidado com a base documental se faz ainda mais necessário, como atesta Arbex (2012): “O fato de eu estar em um jornal pequeno, a Tribuna de Minas, também colaborou para refinar o meu ‘método’ de investigação. Como um processo dessa natureza poderia fechar o jornal, meus chefes só garantiam a publicação de denúncias fundamentadas por farta documentação” (ARBEX, 2012, p. 168).

Outro aspecto altamente relevante do processo de ensino-aprendizagem do jornalismo investigativo, voltado à produção do livro-reportagem, é o volume da apuração – em geral algumas dezenas de fontes são entrevistadas – não raro, esse número ultrapassa a centena –,

com pesquisas documentais de suporte (imagens, textos, vídeos etc.). Isto é reforçado por Arbex (2020):

Realmente é um desafio estruturar esse volume de informações. Em média, meus livros têm de 100 a 150 personagens – isso é quase impensável, sei que é uma loucura -, mas aí de novo eu insisto com você e acho que você tem que trabalhar isso com seus alunos, com esses meninos e meninas que estão aí chegando que é a qualidade da apuração. Como eu disse, apuração é tudo. Quando você tem uma apuração completa, você não tem dificuldade para visualizar o todo e determinar de que forma você vai trabalhar essas informações. Para você ter uma ideia, no meu caso, antes de eu escrever o livro eu praticamente já tenho todos os capítulos definidos na minha cabeça e, principalmente, como eu vou começar e como eu vou terminar (a história). Eu preciso disso, senão eu não consigo. É um desafio, mas ao mesmo tempo com uma boa apuração você consegue organizar esse volume todo. E, daí, tem que ser muito organizado, mesmo. Aí, entra também o talento de trabalhar um texto no qual você mantenha o leitor interessado, do começo ao fim (ARBEX, 2020, e.a., julho de 2020).

Com efeito, uma apuração extensa, rigorosa, combinando diferentes técnicas de investigação, é o pressuposto para se obter, ao final do percurso, um texto de qualidade. Para a jornalista e escritora Daniela Arbex, são aspectos que estão intimamente ligados:

Para mim a qualidade do texto tem muito do talento do jornalista, mas 90% é apuração. Sem uma apuração de qualidade você não consegue fazer um texto bom, pode ser o maior escritor do mundo que você não vai ter um bom texto. Então, apuração é tudo. E, claro, tem que ter o talento, o dom (da escrita), a capacidade para escrever, mas, insisto, tem que ter muita apuração. O “Holocausto” teve mais ou menos 220 mil caracteres e o livro foi publicado na íntegra, sem nenhuma alteração. Aliás, meus livros, graças a Deus, têm pouquíssimas alterações. Claro, a revisora sugere muitas coisas, mas essa é a média entre 220 a 240 mil caracteres, não sei exatamente o certo (ARBEX, 2020, e.a., julho de 2020).

No caso do livro-reportagem objeto da presente reflexão, em termos pedagógicos e metodológicos, cabe citar e reforçar o peso determinante do acesso aos processos, no âmbito do Judiciário carioca, para a profundidade da investigação jornalística. Nas centenas de páginas de processos acessados, cujas imagens foram captadas pelo celular, estavam registrados os nomes das personagens da história do coronel Pedro Chavarry: vítimas, cúmplices, advogados, promotores, testemunhas. Este é o assunto que trataremos em seguida.

Um dos momentos decisivos do lendário caso *Watergate*, na pista indicada pela fonte “Garganta profunda” – “Siga o dinheiro” – o repórter Carl Bernstein, do *Washington Post*, esperou a tarde toda do dia 31 de julho de 1972, para entrevistar um promotor público de Miami. Mais que uma simples entrevista, o jornalista saiu de lá com uma cópia de um cheque de US\$ 25 mil dólares, nominal a Kenneth Dahlberg, de quem ele não tinha, naquele momento, nenhuma referência ou informação. Nascimento (2010) recorda essa história, que nos parece confirma o peso que um documento pode ter numa complexa investigação jornalística. Seu parceiro no caso, Bob Woodward, “mostrou se tratar de um arrecadador da campanha de

reeleição do presidente Richard Nixon. Era o primeiro de uma série de elos financeiros descobertos pelos dois repórteres para ligar Nixon ao arrombamento (NASCIMENTO, 2010, p. 101)”.

3. “O Coronel que raptava infâncias”: caminhos e desafios da investigação jornalística

Antes de se pensar nas técnicas que seriam aplicadas na produção do livro-reportagem *O Coronel que raptava infâncias* — inicialmente pensado como TCC —, deve-se compreender o papel pedagógico da aula de Jornalismo Investigativo em desenvolver no aluno as ferramentas necessárias para captação de informação, concatenação desta e escrita do produto final. Foi no decorrer do primeiro semestre de 2017, durante as aulas de Jornalismo Investigativo, que iniciamos a apuração do que se tornaria a reportagem online em cinco capítulos *Não há respostas quando morre uma pobre*, publicada no final de 2018 (<https://bit.ly/2Qgstjg>), sempre com orientação pedagógica, mesmo após o findar do semestre das aulas.

Investigar as condições da morte da Maiara Felisbino dos Anjos, encontrada amarrada, amordaçada e enforcada sobre raízes de mangue de uma praia de São José (SC), foi essencial para compreender como se aproximar de fontes sensíveis e traumatizadas e entender como ultrapassar as barreiras burocráticas impostas contra jornalistas pelas próprias fontes do Estado (Polícia Civil, Militar, Ministério Público etc.). O produto final, com seus 90 mil caracteres, serviu também de exercício para escrita de materiais de fôlego frutos de apurações com imensos volumes de informação. Os desafios já estavam postos desde aqui e foram discutidos nas reuniões pedagógicas de orientação: como organizar o material (hierarquia de informações e fontes), pensar numa estrutura narrativa (sumário/capítulos ou partes), construir uma narrativa literária etc.

A produção do livro-reportagem sobre o coronel Pedro Chavarry só foi possível por conta da base teórica e da extenuante prática do “Caso Maiara”, que terminou nos permitiu a preparação necessária para lidar com os problemas e os perigos de investigações jornalísticas — universais, apesar do abismo de dificuldades de apuração entre Santa Catarina e Rio de Janeiro, um estado que é notadamente mais violento e complexo que o primeiro. Em ambos os casos, a pauta surgiu de uma notícia de jornal, seguindo a metodologia Truman Capote para encontrar histórias investigáveis.

A pauta surgiu em 2016, ao ver no Fantástico o coronel Pedro Chavarry Duarte tentando subornar os policiais militares que o flagraram abusando de uma criança de dois anos no interior de um carro estacionado num posto de gasolina em Ramos. Dali, considerando a

distância Santa Catarina-Rio de Janeiro, o primeiro passo foi buscar tudo que já foi publicado sobre o personagem e selecionar o que havia de mais relevante para encontrar fontes, documentos e fatos a serem narrados. Foram encontradas mais de 30 notícias de 1976 a 2002, salvas no acervo online da Biblioteca Nacional, todas sobre Pedro Chavarry Duarte; soma-se esse número à seleção de mais de 20 notícias de fatos diversos que se cruzam com a narrativa de alguma forma, todas também encontradas no acervo da Biblioteca Nacional. Para finalizar, mais 35 notícias, muitas repetidas, sobre Pedro Chavarry Duarte após o crime de 2016. Os jornais deram relativa atenção no primeiro mês, deixando que caísse no ostracismo, até que as notícias sobrevivessem em espasmos até dezembro, quando cessaram-se. Fez-se necessária também uma leitura atenciosa aos quase seis anos de publicações de jornais da Caixa Beneficente da PMERJ, onde Chavarry fora presidente por anos.

Uma reportagem normal já não deve ser escrita sem antes passar por uma revisão bibliográfica básica, mesmo que muito rasa e dinâmica, quem dirá então um livro-reportagem; portanto, parte do processo de apuração foi justamente procurar ler tudo possível sobre Rio de Janeiro, favelização, PMERJ, pedofilia e milícias. Além de procurar em obras renomadas da não-ficção e da ficção universal inspiração para desenvolver técnicas narrativas e líricas.

Com o levantamento prévio das passagens públicas de Chavarry, ficou mais fácil localizar os processos civis e criminais relativos a ele. Uma rápida pesquisa no site do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro bastou para elencar os números. O personagem, não surpreendentemente, fora preso em 1993 por um crime similar ao de 2016 enquanto em 1994 apareceu na lista de propina do Castor de Andrade. Somando com o mais recente, tivemos de acessar três processos penais. Os dois mais antigos exigiram desarquivamento e um pedido oficial ao presidente do Tribunal (o que ocorreu somente após muito procurar por ajuda advocatícia) enquanto o de 2016, apesar de tratar de abuso sexual de menor, estava sem segredo de justiça — provavelmente por erro burocrático —, o que facilitou o acesso aos autos, sem necessidade de pedido a juiz, embora tenha exigido certa malícia para lidar com as profissionais do cartório, desconfiadas com o que poderia ser o teor de um processo sem sigilo num setor que só lida com casos de menores de idade. As idas e vindas com o TJ duraram quatro meses e muita bateção de perna (no jargão da profissão).

Juntos, os três processos somavam mais de 40 volumes — a maior parte relativo ao das propinas do bicheiro Castor de Andrade. Tudo devidamente lido e analisado. Foram extraídos endereços de fontes, pontos que não tiveram a devida conclusão na mão dos policiais, nomes de novas fontes, contatos e informações entrecruzáveis, gerando novos *insights* sobre os crimes e sua interconectividade.

A etapa final da apuração foi a de busca por entrevistados. Primeiro a localização destes, que se deu por cruzamento de dados públicos (tal como CNPJ e processos cíveis), redes sociais e contatos tirados de autos dos processos, além de, claro, o bom e velho perguntar pela vizinhança. Temendo que as fontes desligassem na cara ao receberem uma ligação para falar sobre o coronel da PMERJ que abusou de suas filhas menores de dois anos, a abordagem delineada foi a de aparecer na porta sem aviso prévio, criando laço de confiança instantâneo e baseado no olhar e na presença física. O método se provou 100% eficaz. Todo mundo abordado dessa forma topou falar na hora, dividindo detalhes íntimos e segredos sombrios nunca antes revelados a outro repórter. O risco de levar um “não” rotundo, na cara, fora superado.

Foi necessário também aprender a navegar pela burocracia da PMERJ. Usamos de um documento mal redigido pela secretaria de comunicação da instituição para justificar acesso irrestrito a tudo e a todos lá dentro. Tal documento fora expedido em resposta à declaração do orientador do TCC, em papel timbrado da Universidade Federal de Santa Catarina, atestando autenticidade do trabalho e de seu autor.

As últimas e mais inacessíveis fontes foram as da família do coronel. Apenas uma pessoa topou falar, contando detalhes íntimos de Chavarry e seus irmãos, envolvidos em esquemas políticos e corruptos dele. Contudo, ela impôs que sua identidade nunca fosse revelada, e, assim sendo, segue anônima. Os outros familiares negaram contato, assim como o protagonista do livro, que acabou sendo preso mais uma vez ao fim da apuração.

Vale ressaltar que muito da apuração se deu em território de milícia e que a extensão foi de Niterói a Bangu, passando por Maré, Penha, Centro, Barra da Tijuca e por aí segue. E nem todos os personagens quiseram conversar, em especial os que têm relação íntima com Chavarry e ainda o defendem.

Escrever é um processo a parte, que só começa quando a apuração foi completada. Aqui, a primeira etapa consistiu em organizar bases de informações para facilitar o acesso a estas. Em seguida, foi feita uma linha do tempo no excel, dividida em quatro colunas: 1) Data; 2) Fato; 3) Fonte da informação; 4) TAG. A quarta e última coluna é uma das mais importantes, pois a partir do tagueamento da informação, fica mais fácil entender quais fatos se cruzam na linha temporal, distinguindo-os entre si. Por ser um procedimento de organização do pensamento e do volume coletado, a linha do tempo demorou uma semana para ser organizada.

Com um desenho do esqueleto do livro, dividido em duas partes e 13 capítulos, escrever se tornou relativamente simples. A obra, com seus 365 mil caracteres, foi concluída em 15 dias mal dormidos — muito pela obsessão com o deadline do TCC. Isso mostra como mesmo num

trabalho de fôlego, sem limite para apuração e criatividade, o deadline pesa na tomada de decisões finais.

Pode-se dividir a produção de um livro-reportagem investigativo em contexto pedagógico nas seguintes etapas: 1) Estudo e treino de práticas investigativas e narrativas aprofundadas; 2) Encontrar uma história humana e socialmente relevante e com potencial para uma obra de mais de 200 mil caracteres; 3) Clipagem histórica dos personagens e do contexto a ser investigado; 4) Delimitação de fontes possíveis; 5) Busca processual em bases judiciais; 6) Análise documental; 7) Localização de fontes; 8) Entrevistas com fontes primárias; 9) Organização da vasta base de informações em uma linha do tempo tagueada; 10) Produção textual e revisão. Tudo com supervisão e coordenação de um professor, que, além de ajudar a solucionar problemas próprios de uma apuração investigativa, vai orientar o aluno por um caminho com o menor número de riscos possível.

Considerações Finais

O caso de “O Coronel que raptava infâncias” se apresenta como uma relevante experiência que pode contribuir para adensar a reflexão sobre métodos e técnicas de investigação para a formação de jovens jornalistas. Na luta diária do repórter contra o esquecimento, como artesão que transforma silêncio em palavra, produzindo história e memória, é possível afirmar, parafraseando Eliane Brum (ARBEX, 2013: p. 13), que o livro-reportagem é um modelo promissor e fecundo.

Unindo reflexões e resultados práticos obtidos a partir da experiência concreta da disciplina (Jornalismo Investigativo) e do livro-reportagem citado, buscamos neste artigo sistematizar elementos para pensar, em termos epistemológicos e pedagógicos, alguns fundamentos da metodologia da reportagem investigativa, na esperança de oferecer uma singela contribuição à área. Em especial, a prática da apuração investigativa em “O coronel que raptava infâncias” nos permitiu pensar numa espécie de roteiro para a produção do livro-reportagem, que pode servir para a reflexão e prática pedagógica no campo.

O jornalista Laurentino Gomes, no prefácio da obra “Cova 312” (ARBEX, 2015) retoma uma questão ainda muito atual e altamente relevante. Para Gomes, nestes últimos anos, “poucas atividades humanas tiveram a sua morte anunciada de forma tão enfática e frequente do que o jornalismo” (ARBEX, 2015, p. 13). Há um sem-número de pitonisas de redes sociais que não cansam de anunciar o fim do conhecimento, da ciência, do jornalismo. Ou dito de outro modo por Gomes, no mesmo texto: “Novas tecnologias digitais tornariam irrelevantes jornais, revistas, livros-reportagens, programas noticiosos de rádio e televisão, como se fossem

reliquias inúteis do passado que a sociedade moderna precisasse descartar o mais rapidamente possível” (ARBEX, 2015, p. 13).

No entanto, a experiência de investigação jornalística que ora relatamos e refletimos, indica um outro caminho possível, especialmente ao formato livro-reportagem, no Brasil. Além de Daniela Arbex (citada), as obras recentes de Mário Magalhães, Rubens Valente, Caco Barcellos Fernando Morais, Lucas Ludgero, Hanna Oliveira, Letícia Ávila, dentre outras, indicam este outro horizonte: livros extensos, com textos de alta qualidade e temas de incontestável relevância pública, humana e social, ganham cada vez mais espaço na sociedade e no mercado editorial.

A venda do projeto para uma editora relevante no mercado demonstra também que o livro-reportagem pode ser uma porta de entrada para jovens jornalistas recém-formados. O caminho tradicional não é o único, ou seja, o jovem profissional não precisa passar por uma grande redação, onde trabalharia por 10 anos, acumulando conhecimento e experiência necessária para se permitir um projeto de livro-reportagem, com essa pegada literária. Não, o caminho pode surgir já na graduação, ampliando o senso do que um repórter é capaz. Nesse sentido, a experiência de uma disciplina obrigatória no currículo com esse rótulo “Jornalismo investigativo”, de natureza teórico-prática, com ênfase na metodologia da reportagem investigativa, se coloca como uma promissora possibilidade.

Todavia, nem tudo são flores. A produção de livro-reportagens é demasiado cara. Mesmo após dominar as devidas técnicas, tal como foi feito com o laboratório jornalístico do Caso Maiara, o estudante poderá esbarrar na barreira intransponível da práxis profissional: a falta de recursos (dinheiro, tempo, conhecimento). Explicita-se assim a necessidade de um planejamento prévio para a execução do projeto e o caráter elitista do meio literário, em especial no campo da não-ficção jornalística. O *Coronel que raptava infâncias* só se fez viável pelo acúmulo de dois anos de freelance para a Editora Abril, e pelo apoio financeiro familiar. Claro que essa característica classista da produção de uma obra desse cunho não passa de um reflexo do jornalismo de qualidade no geral: sempre exigindo mais gastos que ganhos do repórter — algo que nem todo mundo pode bancar.

Ainda no tocante aos aspectos centrais da metodologia da reportagem investigativa, convém destacar ainda os passos seguintes à pesquisa de fontes e algumas dezenas de notícias, veiculadas após o crime em flagrante (estupro de vulnerável, em 2016). A questão-chave da apuração, neste ponto, foi acessar os números dos processos dos três principais crimes envolvendo Chavarry: abandono de menor em Bangu, de 1993; corrupção passiva envolvendo propina do jogo do bicho, de 1994; estupro de vulnerável em Ramos, de 2016. Este último,

num misto de astúcia e sorte se conseguiu acessar mostrando às funcionárias do cartório que no site do site do Tribunal de Justiça, ele não constava como sigiloso, evocando o princípio da publicidade. Assim, foi possível fotografar as páginas mais importantes, com registro factuais e nomes de fontes primárias e vítimas. A base documental, reforçando o que já discutimos ao longo deste artigo, se tornara o alicerce da investigação jornalística.

De todos estes processos, o mais robusto e não totalmente explorado no curso da investigação para a produção do TCC (livro-reportagem), foi o que ligava o coronel Chavarry ao jogo do bicho (corrupção passiva envolvendo propina, de 1994). Com mais de 40 volumes e milhares de páginas, histórias, personagens. O acesso só foi possível no último mês da apuração, a partir de um suporte de um advogado que milita nas causas de direitos humanos no Rio, que embora não pudesse fazer a petição, por exclusividade de seu contrato, escreveu minuta que assinamos e encaminhamos ao presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro – seria despachado, concedendo o acesso, três meses depois. Hoje, Chavarry se encontra preso e seus advogados mediarão um pedido de entrevista, que foi categoricamente negado pelo coronel. Enfim, algo que se pode acrescentar ao percurso metodológico deste livro-reportagem, tem a ver com a construção da relação de confiança com as fontes envolvidas, de algum modo, com um crime dessa natureza. Trata-se, em última análise, de encontrar fontes que não queriam ser encontradas, ocultas em favelas que o mapa não domina. É possível afirmar que estas foi uma das coisas mais difíceis de se fazer, mas nada superará a demora para descobrir qual o caminho para desarquivar processos especiais — aqueles que exigem peticionamento de um advogado.

No prefácio que escreveu para a obra “Cova 312”, de Daniela Arbex, o jornalista Laurentino Gomes assegura que vivemos um momento decisivo do jornalismo e da profissão. E aposta: “O futuro do jornalismo vai depender muito do empenho, do talento e da capacidade de inovar de cada profissional envolvido nesse desafio” (ARBEX, 2015, p. 16). A experiência que ora relatamos – a produção do livro-reportagem “O coronel que raptava infâncias” – nos faz crer que a leitura feita por Gomes tem tudo a ver: “ Nesse mundo em acelerada transformação, repórteres e editores continuam a exercer prerrogativas essenciais, que nenhuma revolução tecnológica será capaz de lhes tirar” (ARBEX, 2015, p. 16).

Referências

ARBEX, Daniela. Métodos de pesquisa e investigação. In **Reportagem, pesquisa e investigação**. CHRISTOFOLETTI, Rogério; LIMA, Samuel (Orgs.). Florianópolis: Insular, 2012.

_____. **Holocausto brasileiro**. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

_____. **Cova**. São Paulo: Geração Editorial, 2015.

_____. **Entrevista aos autores**. Via WhatsApp, em 4 de julho de 2020.

BURGH, Hugo de. **Jornalismo Investigativo**: Contexto e prática. São Paulo: Roca, 2008.

FORTES, Leandro. **Jornalismo investigativo**. São Paulo: Contexto, 2005.

FORTES, Leandro. Investigação jornalística de encomenda e a extinção dos intelectuais nas redações brasileiras. In **Reportagem, pesquisa e investigação**. CHRISTOFOLETTI, Rogério; LIMA, Samuel (Orgs.). Florianópolis: Insular, 2012.

LIMA, Samuel. Jornalismo investigativo e metodologia de pesquisa indiciária. In **Reportagem, pesquisa e investigação**. CHRISTOFOLETTI, Rogério; LIMA, Samuel (Orgs.). Florianópolis: Insular, 2012.

_____. Pauta da Reportagem Investigativa: elementos para uma proposta. Artigo apresentado ao V Seminário de Pesquisa em Jornalismo Investigativo, e publicado nos **Anais do 13º Congresso Internacional de Jornalismo Investigativo**, organizado pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji). São Paulo (SP), 28 a 30 de junho de 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2DYUBqU>, acessado em agosto de 2020.

LIMA, Samuel; LEVY, Clarissa. Metodologia da Reportagem Investigativa: Reflexões Pedagógicas. Artigo apresentado no VI Seminário de Pesquisa em Jornalismo Investigativo e publicado nos **Anais do 14º Congresso Internacional de Jornalismo Investigativo**, organizado pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji). São Paulo (SP), 27 a 29 de junho de 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2E1LHJd>, acessado em agosto de 2020.

NASCIMENTO, Solano. **Os novos escribas**. Porto Alegre: Arquipélago, 2010.

VASCONCELOS, Frederico. Juízes no banco dos réus. São Paulo: Publifolha, 2005.

_____. **Anatomia da Reportagem**. São Paulo: Publifolha, 2008.

UNIVESP TV - Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp). Entrevista com a jornalista e escritora Daniela Arbex, em 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FHUTKRpU0bg&t=301s>, acessada em julho de 2020.